



*Prof. Robert Oppenheimer — entrevista à Imprensa no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas*

# CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL  
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente  
**Antônio Ferreira de Oliveira Brito**  
Ministro da Educação e Cultura

Secretário Geral  
**Anísio Spínola Teixeira**

Membros :

- Waldyr dos Santos**  
— Departamento Administrativo do Serviço Público.
- Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**  
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.
- Manoel Frota Moreira**  
— Conselho Nacional de Pesquisas.
- Joaquim Faria Góes Filho**  
— Confederação Nacional da Indústria.
- Maurício Magalhães Carvalho**  
— Confederação Nacional do Comércio.
- Aldo Batista Franco**  
— Banco do Brasil S. A.
- Luís Narciso Alves de Matos**  
— Fundação Getúlio Vargas.
- Lourival Câmara**  
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Anísio Spínola Teixeira**  
— Ministério da Educação e Cultura.

**CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL  
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral  
**Anísio Spínola Teixeira**

Diretor de Programas  
**Almir de Castro**

Av. Marechal Câmara, 210-8º e 9º andares — C. postal, 5185  
- End. teleg. EDCAPES - Tel. 52-9072 - Rio de Janeiro - Brasil

**A IDÉIA DE PROGRESSO EM CIÊNCIA E EM MORAL**

**Robert Oppenheimer \***

*Quero ressaltar que qualquer assunto a respeito do qual a ambigüidade de comunicação não apresente problemas reais tem características de ciência e de objetividade. Não é fácil pô-lo em movimento, mas uma vez lançado acelera-se em ritmo fantástico. A causa desta grande mudança, de um mundo que marchava morosamente, de um mundo quase estático, para o mundo em que vivemos, encontra-se no caráter cumulativo, na firmeza, na abundância do que aprendemos a respeito da natureza. É verdade que isto é ultrapassado quando penetramos em outros setores da experiência. Aquilo que é verdadeiro na escala da polegada e do centímetro pode não o ser na escala de um bilhão de anos-luz; pode também não ser verdadeiro na escala de um centésimo-bilionésimo de centímetro; mas permanece verdadeiro quando provado. Está estabelecido. E assim tudo que se descobre é acrescentado ao que já se sabia, enriquece-o, e não precisa ser feito novamente; tem-se êsse aspecto cumulativo e irreversível da aprendizagem das coisas, que distingue a ciência. Nada há de irreversível na arte. Ela existe; jamais desaparecerá. Mas não se destina essencialmente a servir de base para alguma coisa. É feita sobretudo para ser apreciada, compreendida, talvez copiada, mas não essencialmente ou caracteristicamente para ser imitada.*

*É êsse caráter irreversível que faz com que na história do homem as ciências operem mudanças que não podem ser eliminadas nem desfeitas. Vou dar dois exemplos bem diferentes. Muito se fala em acabar com as bombas atômicas, o que me agrada, mas não devemos iludir-nos a êsse respeito. O mundo jamais será o mesmo, não importa o que fizermos com as bombas atômicas, porque o conhecimento de como fabricá-las não pode ser esconjurado. Ele existe; e todos os nossos arranjos para viver numa era nova têm de levar em consideração a sua onipresente existência virtual e o fato de que essa situação não pode ser alterada.*

*O outro exemplo é muito mais remoto. Jamais poderemos voltar a ter ilusões quanto à centralidade e importância do nosso habitat físico, agora que sabemos algo sobre onde se encontra a terra no sistema solar,*

e conhecemos a existência de centenas de bilhões de sóis na nossa galáxia, e centenas de bilhões de galáxias ao alcance dos grandes telescópios modernos. Nunca mais poderemos associar a dignidade da vida de um homem ao caráter especial, no espaço e tempo e na mecânica, do lugar onde ele por acaso vive.

Estas são mudanças irreversíveis; e outro tanto ocorre com a natureza cumulativa ou o desenvolvimento das ciências. Tome-se um paradigma, um exemplo, de algo que é, de outros pontos-de-vista, muito mais sujeito a indagação: a idéia do progresso humano. É indubitável que para as ciências a única diretriz de desenvolvimento é o progresso. Aprende-se mais. Pode-se vir a saber que se cometeu um engano, mas ainda isso é aprender mais. É possível que o que se aprendeu esteja certo, e isso também é aprender mais. Isto é verdade, quer se trate dos conhecimentos sobre os fatos, da compreensão da natureza, dos conhecimentos tecnológicos ou da aprendizagem de como fazer as coisas. Quando aplicamos tal raciocínio, por exemplo, à situação humana, e nos queixamos de que tem sido grande o progresso no campo da automação, computação e pesquisa especial, mas não logramos progresso moral comparável, isso envolve uma total incompreensão da diferença entre as duas espécies de progresso. Não quero dizer que o progresso moral seja impossível; mas de modo nenhum é automático. O regresso moral é igualmente possível; o regresso científico, porém, é incompatível com o exercício continuado da ciência.

\* O expressivo trecho acima foi destacado da conferência proferida pelo grande físico norte-americano Prof. Robert Oppenheimer na Academia Brasileira de Ciências, a 20 de setembro último.

## FORUM DE OPINIÕES

### Atraso de 50 Anos

«Estou de pleno acôrdo com uma ampla e imediata reforma do ensino médico em nosso país» — declarou à imprensa carioca o professor Bruno Lôbo, diretor da Faculdade Nacional de Medicina, UB, a propósito da sugestão do professor Zeferino Vaz, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, quanto a uma reunião de especialistas para estudar modificações radicais no ensino médico.

«As transformações nesse setor grandes países do mundo. Acontecem mesmo ser completas, pois ce, porém, que nos sentimos deveras peados para tomar as necessárias iniciativas, por isso que a le-

gislação brasileira não é muito prática, falta-lhe elasticidade suficiente a nos permitir determinadas resoluções na estrutura didática, como, por exemplo, reduzir número de cátedras ou alterar programas sem a devida intervenção do Congresso».

O professor Bruno Lôbo revelou já haver criado uma Comissão de Ensino na sua Faculdade para estudar as possibilidades de reforma. Essa Comissão tem-se reunido duas vezes por semana.

«Urge que avancemos 50 anos no panorama da medicina mundial».

### Banco de Educação

«Um investimento *sui-generis*, eminentemente social» — eis como

o **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro, qualifica o financiamento do curso superior a ser empreendido pelo Banco de Educação da PUC — «pois não se trata de mera transação comercial, mas, antes, de ponto de honra para o próprio beneficiário do empréstimo».

O Banco de Educação, segundo o diário, inaugura «uma solução universitária fora dos quadros cedidos e já monótonos do auxílio estatal». E, finalmente:

«O capital é indesejado, os estudantes é que vão consumi-lo à medida que preencherem as condições preliminares para o uso de suas parcelas, a título de empréstimo. Nada mais antidemagógico, mais concreto».

## NOTICIÁRIO

### Plano Nacional de Educação

O programa do governo, apresentado ao Congresso pelo **premier** Tancredo Neves, reafirma a competência do Ministério da Educação e Cultura na formulação e execução de um Plano Nacional de Educação que fixe as metas educacionais a serem alcançadas nos próximos cinco anos, objetivando a expansão e o aprimoramento da rede escolar comum, a recuperação dos analfabetos ou insuficientemente alfabetizados para a nação, a extensão dos benefícios da cultura a todos os brasileiros e o incentivo à criação artística, intelectual e científica.

Damos a seguir, na íntegra, a parte do documento que se refere à educação e cultura:

A educação exige esforço todo especial para sua integração nos objetivos globais do desenvolvimento nacional.

A situação atual caracteriza-se pelo desajuste entre os tipos de

formação educacional oferecida à nossa juventude e as necessidades brasileiras e pela insuficiência quantitativa de matrículas em todos os ramos e níveis de ensino.

## 1. — Situação Atual

1.1 — **Ensino Primário** — A rede de ensino primário brasileiro não chega a atender a 60% das crianças em idade escolar, ou seja, os 12 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade. Agrava a situação o fato de apenas 18% dos matriculados no primeiro ano chegarem à 4ª série, de dois terços não ultrapassarem as duas primeiras séries e, ainda, de uma terça parte das matrículas se concentrar em escolas rurais tão precárias que mal conseguem alfabetizar os alunos.

Chega a espantar esteja a nação a poder viver e progredir com tão escassa dieta educacional. Explica-se o fato pelas condições das áreas mais prósperas do país, onde já existe um sistema regular de educação de quatro séries, que matricula mais de 90% da população escolar e consegue levar uma quarta parte dos alunos até a conclusão do curso primário.

Contando com uma escola primária de quatro séries anuais apenas, que podem ser cursadas dos 7 à 11 anos, caberia à Nação como dever educacional mínimo assegurar matrículas aos 8,3 milhões de crianças nesta faixa de idade para cumprir o mandato constitucional. Nem este mínimo, porém, está sendo cumprido, porquanto apenas 4,9 milhões de crianças daquelas idades encontram-se nas escolas, estando ausentes 3,4 milhões, que é a quanto monta o «deficit» escolar absoluto. Como, na realidade, muitas crianças se encaminham aos estudos depois dos 7 anos

e em virtude das más condições de ensino repetem mais de uma vez a mesma série, permanecendo na escola primária até os 14 e os 15 anos, o «deficit», de fato, se eleva a 5,3 milhões com relação aos 12 milhões da faixa etária 7-14.

É, pois, diante da pressão para cobrir rapidamente este «deficit» e, simultaneamente, aprimorar nossas escolas que devemos fazer face à necessidade de prolongar o curso primário para 6 séries, nos termos do compromisso interamericano de Punta del Este e para atender às necessidades educacionais mínimas das áreas urbanas em industrialização.

O ensino primário, como elemento básico de desenvolvimento, é condição de sobrevivência nacional. Os analfabetos que se encaminham aos centros urbanos já não alcançam níveis de vida compatíveis com um mínimo de dignidade e, freqüentemente, não conseguem prover à própria subsistência, conforme demonstram estudos recentes, segundo os quais dos migrantes adultos do Nordeste que obtêm êxito nas regiões mais prósperas do país, 85% são alfabetizados, sendo que os restantes 15% se alfabetizam nos dois primeiros anos de fixação nessas regiões prósperas; dos que fracassam e retornam ou, então, permanecem em situação de marginalidade sócio-econômica, mais de 90% são analfabetos.

A extensão da escolaridade a todas as crianças brasileiras e a alfabetização dos milhões de adultos que ainda podem ser conduzi-

dos a cursos de emergência já não é apenas uma tarefa cívica, mas um imperativo econômico-social de recuperação de brasileiros que, permanecendo analfabetos, se perderão para a nação e serão conduzidos à marginalidade.

1.2 — **Ensino médio** — Mais do que em qualquer outro nível manifesta-se neste a inadaptação entre o tipo de ensino propiciado e as necessidades de desenvolvimento do País. Do total de matriculados nos cursos de ensino médio, mais de 70% se concentram em currículos de tipo acadêmico, que nenhuma preparação **prática** proporcionam, antes constituem-se mero instrumento de acesso a uma organização de ensino superior incapaz de absorvê-los e à qual muito poucos podem chegar porque menos de 15% dos alunos concluem o curso.

Tal situação não se corrigiria com a expansão de escolas especiais agrícolas, industriais e comerciais, que presentemente acolhem reduzido número de alunos, em oposição às escolas de cultura acadêmica. Na realidade, toda a estrutura do ensino médio deve libertar-se desse conceito dualista de educação supostamente humanística para a elite e educação supostamente técnica e específica para o povo, característico das condições culturais do século XIX. Por essa filosofia, o ensino secundário se destinava à chamada formação de cultura geral, que hoje, com o desenvolvimento contemporâneo dos conhecimentos, já não pode ser dada nesse nível, mas somente no su-

perior, ou de formação especializada do técnico, também hoje exigindo preparação mais longa.

É característica de nosso século a universalização desta fase do ensino para o prolongamento da educação comum, visando à redistribuição proporcional da população de trabalho nas áreas comerciais, públicas e industriais. É claro que essa escola moderna, embora extremamente diversificada, não exige os currículos especificamente profissionais nem igualmente os supostos de cultura geral.

Por contrariar a escola existente essas novas condições, é que os cursos técnico-profissionais continuam pouco procurados, apesar do enorme investimento que exigem, enquanto a maioria dos alunos busca os cursos chamados acadêmicos, que lhes oferecem a promessa de ingresso à Universidade, mediante seleção intelectual. Dêsse ponto-de-vista seletivo, entretanto, a situação do ensino médio se expressa pelo resultado dos concursos vestibulares às escolas superiores: dos 60 000 candidatos em 1960, só lograram aprovação cerca de 30%. É, assim, indispensável, a reorientação do nosso sistema de ensino médio no sentido de torná-lo mais brasileiro e melhor ajustado às condições da vida moderna.

1.3 — **Ensino superior** — Não é melhor a situação no ensino superior. País que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter

um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto-de-vista quantitativo.

O problema mais urgente é o da ampliação de matrícula. Em 1960, 14 000 jovens concorreram às 1 800 vagas oferecidas pelas escolas de medicina. Nas de engenharia, apenas 2 800 vagas eram disputadas por 12 000 candidatos. Em 1957, enquanto os Estados Unidos, para cada 100 000 habitantes, mantinham 1 773 estudantes em escolas superiores, e o Japão 690, a França 410, a Argentina 383, o Chile, 237, a Índia 212, o Brasil mantinha apenas 130. Essa situação é agravada pela distribuição dos universitários entre tipos de formação que revelam a sobrevivência de uma estrutura econômica e social já superada. Segundo dados de 1959, no total de apenas 16 000 formaturas universitárias 21% correspondiam aos cursos de Direito e 29% aos cursos das Faculdades de Filosofia. As escolas de Medicina graduaram, no mesmo ano, cerca de 1 500 médicos, número que, em relação a uma população de quase 70 milhões de habitantes, exprime a sua condenação às doenças e às epidemias. Mais grave ainda é o quadro no setor da Engenharia, pois os novos engenheiros atingiram apenas a 1 400, com nítida predominância da engenharia civil sobre os setores especializados.

O que melhor caracteriza o ensino superior brasileiro é, de um lado, a enorme expansão do número de estabelecimentos sem condi-

ções de ministrar formação de nível universitário e, de outro, a timidez das escolas mais antigas, servidas por professores mais experimentados e dotadas de melhor equipamento didático, para expandir seus cursos e suas matrículas. Contamos, hoje, com mais de quatrocentas escolas superiores, porém apenas quarenta delas recebem mais de quinhentos alunos. Esta situação paradoxal pode ser exemplificada com a expansão das matrículas no ensino médico, que se vêm fazendo quase exclusivamente pela criação de novos estabelecimentos, já que os antigos congelaram quando não restringiram progressivamente o número de vagas postas em concurso, até reduzi-las a uma quarta parte do que eram há vinte anos atrás.

Outra deficiência do ensino superior brasileiro é a uniformidade e a rigidez dos padrões curriculares, que limitam a duas dezenas as modalidades de formação, reduzindo-as às carreiras tradicionais, quando o desenvolvimento da ciência e da técnica estão a exigir formas mais flexíveis e diversificadas de procedimento, que permitam descobrir e encaminhar talentos para todos os ramos do saber e para todas as atividades requeridas pela vida moderna.

## 2. Programa do Governo

2.1 — Uma alteração substancial do quadro antes referido pela adaptação do sistema educacional brasileiro às necessidades quantitativas e qualitativas do nosso de-

envolvimento exige a adoção de certos princípios, verdadeiros pré-requisitos, para que se consiga atingir aos objetivos colimados:

a) **O princípio de planejamento** — Tal como as demais atividades econômicas e sociais, a educação necessita ser conduzida dentro de um planejamento bem concebido, que compreenda a determinação clara de objetivos e metas, o dimensionamento de recursos reais, técnicos e financeiros, necessários para atingi-los, e a escolha dos agentes e métodos para a sua execução;

b) o princípio de que **educação é investimento**, ou seja, aplicação produtiva de capital. Estudos realizados em outros países indicam, inclusive, para os investimentos em educação, taxas de rentabilidade superiores às das inversões em atividades diretamente produtivas. O que o indivíduo consome em sua educação (custo dos estudos) é repõe pelo menos em dobro, num prazo não superior a dez anos, em salários ganhos, à renda nacional;

c) como corolário desse princípio, a **preocupação com os custos da educação**. Os sacrifícios que deve a nação fazer para assegurar a taxa mínima de educação necessária ao crescimento do país impõem a adoção de métodos que assegurem a melhor relação possível entre o custo e os benefícios do ensino, de modo a obter a plena utilização dos recursos aplicados.

2.2 — **Plano Nacional de Educação** — Só poderemos sustentar o ritmo de progresso já alcançado pelo país,

e incentivá-lo rapidamente, na medida em que formos capazes de mobilizar todos os recursos humanos, técnicos e financeiros, nas órbitas municipal, estadual e federal, para constituir, prontamente, um amplo, sistema educacional, distribuído por todo o território nacional e capaz de assegurar, em prazo previsível:

1º) a cada criança brasileira de 7 a 14 anos, oportunidade de matrícula em escolas elementares de boa qualidade, para fazer um curso primário de quatro séries a ser progressivamente complementado, nos centros urbanos, por uma quinta e sexta séries, equivalentes à 1ª e 2ª de nível médio;

2º) a cada jovem brasileiro que revele capacidade técnica ou intelectual assinalada, condições de prosseguir os estudos em escolas de nível médio, tendo em vista habilitar-se para o trabalho qualificado nas tarefas produtivas e nos serviços, ou preparar-se para ingressar nas escolas superiores;

3º) ampliar as oportunidades de educação superior oferecidas à juventude brasileira, aperfeiçoando o ensino e diversificando as modalidades de formação tecnológica, científica e profissional, de modo a adaptá-la às exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Simultaneamente com este esforço de expansão e aprimoramento da rede escolar comum, deverá ser levado a efeito, em todo o país, uma campanha extraordinária destinada a assegurar aos brasileiros maiores de 15 anos, analfabetos ou

insuficientemente alfabetizados, o domínio dos instrumentos elementares de leitura, de aritmética e de compreensão dos deveres e direitos do cidadão, tendo em vista recuperá-los econômica, cultural e civicamente para a nação.

Estes dois objetivos só poderão ser alcançados em prazo breve e previsível através de um Plano Nacional de Educação que permita:

a) assegurar aos Estados e Municípios as condições necessárias para estender e aprimorar as respectivas redes escolares de nível primário e médio, de modo a atender às reivindicações de todas as camadas da população por mais e por melhor educação;

b) mobilizar todos os brasileiros que tiveram o privilégio de estudar para um esforço nacional no sentido de deter o crescimento progressivo da massa de adultos analfabetos da nossa população;

c) garantir às centenas de escolas superiores já existentes, a maioria das quais funcionando nas mais precárias condições, o estímulo e os meios necessários para aprimorar seus processos de ensino e para qualificar seu pessoal docente através de cursos de aperfeiçoamento nos melhores centros de ensino e de pesquisa do país e do estrangeiro.

A grande tarefa que se apresenta ao Ministério da Educação e Cultura é, pois, a formulação deste Plano Nacional de Educação, que fixará as metas educacionais a serem alcançadas nos próximos cinco anos e estabelecerá os recursos e os pro-

cedimentos mediante os quais elas serão alcançadas, de modo a garantir a cada parcela da população brasileira certos serviços educativos, definidos como os mínimos de escolaridade a que cada brasileiro terá direito, qualquer que seja sua condição econômica, cultural e social, e independentemente das condições de desenvolvimento da região em que viva.

### 3. Ação Imediata

3.1 — **Orientação Geral** — Pretende o Governo empreender as reformas necessárias e, sob a forma de projetos específicos, buscar metas pré-fixadas no setor da educação. Para tanto, seria altamente conveniente, em primeiro lugar, a aprovação pelo Parlamento, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A rigidez da legislação vigente limita a reformulação de currículos e cursos e impede, na extensão necessária, a revisão do problema educacional brasileiro. Na recente reunião, em Punta del Este, do Conselho Interamericano Econômico e Social dos Estados Americanos, comprometeu-se o Brasil a procurar, em matéria de educação, objetivos comuns aos demais países da América Latina. O cumprimento desses compromissos exigirá grande esforço, cujas finalidades se confundem com as do próprio desenvolvimento nacional.

Como orientação administrativa geral, pretende o Governo atingir ao maior grau possível de descentralização administrativa, reservan-

do-se o planejamento nacional da educação e incentivando os Estados e Municípios a assumir a liderança de sua execução com a assistência financeira e técnica da União.

Para que o país consiga atingir o nível educacional compatível com as necessidades do futuro próximo, será indispensável mais do que duplicar a taxa de investimento verificada nos últimos anos, que se vem situando em **menos de 3%** do produto interno bruto, percentagem superada mesmo nos países altamente desenvolvidos e demograficamente estáveis, em que o encargo de educação não é tão pesado quanto no nosso. Além da elevação da percentagem da renda nacional até o limite em que os economistas a considerem possível, no estado de desenvolvimento econômico brasileiro, urge utilizar o crédito e aplicar uma parcela dos recursos anuais num plano de financiamento das despesas imobilizadas da educação, ao invés de se limitar o Governo, em cada ano, às realizações que possam ser feitas com as verbas anuais.

3.2. — **Ensino Primário** — Pretende o Governo criar condições para que se atinjam e, se possível, se antecipem os objetivos estabelecidos em Punta del Este, de eliminar o analfabetismo no hemisfério, e, por volta de 1970, assegurar a toda criança em idade escolar um mínimo de 6 anos de educação.

O esforço do ensino primário deve desenvolver-se no sentido de:

a) assegurar imediatamente esco-

las para todas as crianças brasileiras de 7 a 11 anos de idade, de modo a interromper definitivamente o crescimento acumulado do número de analfabetos;

b) promover, pelo menos nos meios urbanos, a extensão da escolaridade até os seis anos de estudos, com a inclusão do curso complementar de dois anos além do quarto ano primário;

c) encetar neste quinquênio uma campanha nacional para promover a alfabetização e a recuperação cívica do milhão de jovens que atualmente alcançarão os 14 e 18 anos de idade, ainda analfabetos, mediante controle das inscrições para carteiras profissionais e para o serviço militar e de todos os meios de mobilização da opinião pública para identificá-los e encaminhá-los a cursos noturnos. Esse projeto visará a erradicar, dentro de 5 anos, o analfabetismo entre os brasileiros com menos de 23 anos, suscetíveis de serem escolarizados;

d) instituir centros de aperfeiçoamento do magistério primário, rural e urbano, junto a Escolas Normais e Institutos de Educação, destinados à elevação do nível de qualificação profissional do professorado brasileiro e à formação dos novos contingentes de magistério que se façam necessários para a extensão da escolaridade e para a alfabetização de adultos.

3.3. — **Ensino Médio** — No ensino médio destaca-se a necessidade de ajustar os cursos e a distribuição de matrículas às necessidades do desenvolvimento, mediante

uma reorientação do ensino secundário para a educação para a vida econômica, social e cívica. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases auxiliará a eliminação de compartimentos estanques entre os cursos, mediante soluções, adotadas com êxito em outros países, como a de um ciclo inicial, comum, de orientação e observação das capacidades dos jovens, encaminhando-os posteriormente para os cursos mais compatíveis com as suas aptidões e as necessidades brasileiras.

A experiência mostra a necessidade de maior presença dos poderes públicos no campo do ensino médio e a necessidade de se acelerar a expansão desse nível de ensino, de modo a levá-lo a todos os centros urbanos do país, já que mais de 1 300 municípios não dispõem de facilidades de ensino desse nível.

Para fazer face a essa situação, será programa do Governo firmar convênios com os Estados e Municípios, para :

1º) instalar junto aos Grupos Escolares dos centros urbanos **Classe Complementares** de duas séries, equivalentes à 1ª e 2ª séries do curso médio, destinadas a ampliar prontamente as oportunidades de educação abertas à juventude das camadas menos favorecidas, e estender a escola elementar comum a seis séries e até aos 14 anos de idade;

2º) estabelecer em cada unidade da federação, mediante convênios com os Estados e Municípios, uma rede de **Ginásios Modernos**, adapta-

dos às necessidades e às condições regionais, a funcionarem apenas com a 1ª série em 1962 e, progressivamente, série por série, daí por diante, até cobrirem os dois ciclos. Este modelo novo de educandários, cuja instituição é autorizada pela legislação que regulou o ensino industrial, terá currículo de cinco matérias obrigatórias combinado com disciplinas optativas destinadas ao treinamento de caráter utilitário, e terá o objetivo de propiciar habilitação para o trabalho aos alunos que abandonarem os estudos em qualquer série, e encaminhar os que concluírem o curso e o desejarem para as escolas superiores.

3º) Estimular a ação dos estabelecimentos públicos e privados de nível médio que queiram ajustar-se ao novo modelo mais simples e eficaz de educação.

4º) Reorganizar os serviços de bolsas de estudo de modo a disciplinar sua atribuição por critérios que visem a descobrir jovens talentosos nas camadas menos favorecidas da população para assegurar-lhes condições de estudo.

3.4. — **Ensino Superior** — É necessário que o Ministério assuma o papel que lhe cabe na formulação e execução de uma política global e orgânica do ensino superior, em expansão, para não ter de agir, esporadicamente, sob a pressão das circunstâncias.

Promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso, a qual consagra o princípio da autonomia

das Universidades, a função do Ministério será predominantemente coordenadora e orientadora.

Essa atuação se processará em duas linhas :

a) política corretiva que vise, dentro de suas atribuições, a eliminar abusos decorrentes, tanto da expansão desordenada do ensino superior, quanto das facilidades abrigadas sob o cumprimento apenas formal das leis. Essa política procurará estabelecer a autenticidade do atual sistema normativo que o rege;

b) cooperar com as Universidades no sentido de que sejam realizadas as necessárias reformas de estrutura, particularmente quanto aos cursos, à organização do ensino, às relações entre o professor e o aluno, à pesquisa e sua orientação, à aplicação de recursos, ao aperfeiçoamento do professor e ao incremento da cultura brasileira.

A ação imediata do Ministério da Educação e Cultura no campo do ensino superior, terá em vista:

1º) Alcançar pronta ampliação do número de vagas iniciais oferecidas pela rede de estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico-científicos, a fim de reduzir o custo anual do aluno; mobilizar os recursos didáticos subutilizados; e atender ao reclamo nacional de médicos que possam atender ao interior do país e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o desenvolvimento nacional.

2º) Estabelecer um programa de cooperação entre as Universidades,

de modo a assegurar-lhes efetiva autonomia na elaboração das respectivas propostas orçamentárias, e permitir que as mais antigas e que contam com maiores recursos auxiliem as novas a compor e aperfeiçoar seus quadros docentes.

3º) Ampliar os serviços de aperfeiçoamento do pessoal docente de nível superior, no país e no estrangeiro, e obter mais ampla cooperação internacional em equipamento de ensino e de pesquisa e na constituição do acervo básico das bibliotecas de nossas universidades.

4º) Rever os planos de construção das cidades universitárias, para melhor aproveitamento de recursos, evitando desperdício em duplicações dispensáveis de laboratórios, equipamento e material de pesquisa.

5º) Concentrar o esforço federal na expansão das escolas de ensino superior através do desenvolvimento das Universidades existentes, inclusive a de Brasília, cuja lei, aguarda a manifestação do Senado, e de universidades técnicas ou de trabalho, suficientemente flexíveis para permitir a formação de especialistas de nível superior na variedade exigida pela diversificação da economia nacional.

A reforma do ensino superior será, também, um instrumento para a definitiva implantação da pesquisa científica no meio universitário. A nova universidade brasileira deve transformar-se no centro criador que, além de acelerar o progresso material do país, contribuirá para reduzir os ônus da impor-

tação da técnica estrangeira.

À universidade caberá, igualmente, colaborar na promoção e elevação da cultura popular brasileira, mediante a expansão dos seus serviços de extensão e, sobretudo, através de uma nova orientação que assegure o livre acesso a seus cursos e atividades.

3.5. — **Cultura** — O programa do governo, neste campo, buscará acima de tudo tornar acessíveis a todos os benefícios da cultura e incentivar a criatividade artística, intelectual e científica dos brasileiros. O livro, o cinema, o teatro, o museu, o rádio e a televisão deverão constituir instrumentos acessíveis e abundantes para a difusão e a extensão da cultura, em todos os seus aspectos, contribuindo assim para o incremento do grau de consciência comum da nação e o seu enriquecimento espiritual.

O Conselho Nacional da Cultura receberá todo o apoio para se fazer a força propulsora dessa ampla difusão cultural e da defesa e estímulo dos aspectos particulares da cultura brasileira.

Com relação à biblioteca e ao livro, constitui propósito do governo iniciar um programa de bibliotecas em todos os municípios, destinado a servir de infraestrutura do próprio sistema escolar do país, mediante uma rica coleção de livros didáticos e livros de cultura nacional, além do acervo de cultura básica normal em todas as bibliotecas.

Impõe-se ainda coordenar as atividades dos vários órgãos do Minis-

tério que se ocupam de assuntos culturais, inclusive os de seleção e elaboração de livros e materiais didáticos, tendo em vista tornar efetivamente acessíveis às escolas, aos professores, aos estudantes e ao povo os elementos essenciais para o aprimoramento das atividades de ensino, para o estudo e para os altos e finos prazeres da cultura.

Tudo se deverá proceder dentro do princípio de planejamento e ação contínua e progressiva, de modo a coordenar os diversos serviços culturais e projetos de expansão, incentivando as atividades de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e ampliando, modernizando e aprimorando as bibliotecas, os museus, o cinema, o rádio e o teatro. Será uma das preocupações básicas do governo o incentivo às atividades literárias, musicais e plásticas, amparando o artista, para que o progresso já alcançado no desenvolvimento material do país se reflita, como já se vem refletindo, no incremento das formas mais nobres da expressão espiritual da nossa gente e da nossa terra.

#### O Programa do Ministro

Incentivar e ampliar o ensino em todos os seus graus, dar execução à campanha de erradicação do analfabetismo, com o aproveitamento, até, do professorado leigo, concessão de bolsas aos estudantes pobres, criação de uma rede de ginásios pelo interior do país, atenção especial para o ensino profissional e técnico e barateamento do

livro didático, tais são os pontos principais visados pelo Ministro da Educação, sr. Oliveira Brito, e revelados através de entrevista concedida à Rádio Ministério da Educação e à Rádio Cultura da Bahia.

«Num país em que o analfabetismo cresce de ano para ano, deixar de alfabetizar o povo é mais do que um descaso — é um crime» — declarou o titular da Educação, acentuando que se sentirá muito feliz «se ao fim deste governo o país vier a ter um plano de educação e puder reduzir o analfabetismo a índices suportáveis». O Ministro Oliveira Brito observou que a campanha de erradicação do analfabetismo, elaborada no governo passado, «corresponde cem por cento, nos seus objetivos, aos propósitos do atual governo».

Chamando a atenção para a desproporção entre o que o governo gasta com o ensino superior (perto de 30 bilhões) e os 4 bilhões e pouco empregados no ensino primário, o ministro disse que «é preciso corrigir essa distorção» e que o importante é alfabetizar a criança entre 7 e 12 anos e dar seguimento lógico à educação entre os 12 e 18 anos.

Em seguida ressaltou a sua preocupação pelo ensino médio, «com normas e formas para a concessão de bolsas aos estudantes pobres, dentro do mais rigoroso critério da necessidade e do estímulo aos que mais se destacarem». Falou ainda na criação de uma rede de ginásios pelo interior do país e no barateamento do livro didático.

O sr. Oliveira Brito manifestou o

seu ponto de vista de que a atenção e amparo ao ensino superior não devem estar na criação de novas escolas, mas em dar às existentes a sua verdadeira função social e econômica, voltando-se, da mesma forma, para o ensino profissional e técnico. Deu ênfase ao que chamou de «verdadeira fome de mão-de-obra especializada» que se sente no país e admitiu que o aumento de matrículas nos cursos superiores talvez seja uma solução.

As dificuldades de fixação do professor diplomado nas cidades e vilas do interior foram reconhecidas pelo Ministro da Educação, que acentuou não haver, de modo geral, condições mínimas para que pessoas de nível cultural elevado possam adaptar-se «à vida inóspita do interior».

Por isso, revelou a necessidade do aproveitamento do professorado leigo, «convenientemente preparado para uma instrução mínima».

O Ministro da Educação declarou, por fim, que a campanha de erradicação do analfabetismo entrará este ano na sua fase de preparação, com uma ampla divulgação, a fim de ser conseguida uma mobilização da opinião pública.

«Feita essa mobilização — acrescentou — iniciaremos, de pronto, a seleção do professorado para entrarmos na plena execução da campanha no próximo ano».

#### Direito Internacional

Juristas brasileiros, argentinos, bolivianos, cubanos, equatoreanos,

nicaraguanos, peruanos, mexicanos e venezuelanos se reunirão em Niterói para a III Conferência Continental de Juristas, a fim de discutir o seguinte tema:

— Autodeterminação e soberania.  
— Conceito de agressão em Direito Internacional.

— Coexistência internacional.  
— As novas tendências do direito privado nas codificações americanas.

— Garantias dos direitos fundamentais do homem assegurados na Declaração Universal e na Carta das Nações Unidas.

— Intercâmbio cultural e solidariedade entre juristas.

Estudantes de Direito poderão participar da Conferência: a Comissão de Iniciativas instituiu um prêmio de cem dólares e uma viagem pelo continente a estudante que apresentasse o melhor trabalho sobre autodeterminação.

#### Adiamento de Exames, SP

Nas escolas secundárias do Estado de São Paulo, os exames de fim de ano serão adiados, para que sejam compensadas as aulas não dadas em virtude da recente crise nacional. Em média, os ginásios e colégios estaduais e particulares da capital paulista ficaram fechados por quatro dias, de segunda a

quinta-feira. No interior, a interrupção foi somente de dois dias.

Em vista da legislação vigente, que exige um mínimo de 65 dias de aula para o aluno letivo do curso secundário, é provável que os exames de novembro sejam iniciados quatro dias mais tarde, na capital bandeirante.

Esta exigência legal não existe, entretanto, para os níveis primário e superior.

#### Prêmio Nami Jafet

Foi criado, pelos filhos varões do professor Nami Jafet, o Instituto Nami Jafet para o Progresso da Ciência e Cultura (Av. Senador Queiroz, 667, 8º andar, SP), que instituiu o Prêmio Nami Jafet, no valor de dois milhões de cruzeiros, medalha de ouro e diploma de serviços relevantes, destinado a galardoar instituições ou pessoas que tenham prestado notável contribuição à ciência, à cultura ou à tecnologia, por obras originais e de excepcional valor, e desejem prosseguir em seus trabalhos de pesquisas, desde que sejam de interesse nacional.

O primeiro Prêmio Nami Jafet foi concedido à Academia Brasileira de Ciências, com sede no Rio de Janeiro, e foi entregue a 8 de outubro, data natalícia do intelectual e industrial libanês Nami Jafet.

## MUNDO UNIVERSITÁRIO

### Engenharia Industrial

O Instituto Mauá de Tecnologia estará em pleno funcionamento, em começos de 1963, em São Paulo, mantendo os seguintes cursos no quadro geral da Engenharia Industrial.

— Mecânica: automóveis, motores fixos, mecânica de precisão (máquinas operatrizes), ferramentas, papel, fiação e tecelagem;

— Eletricidade: centrais hidrelétricas, rês de distribuição e iluminação, construção eletromecânica, automatização, alta frequência (eletrônica);

— Metalurgia: ferrosos, não ferrosos, operações de transformação e acabamento.

— Minas e Geologia: matéria-prima, sondagens, tratamento de minérios, petróleo, mineração de ferro, carvão, pedreira, transportes;

— Química: geral, inorgânica, petróleo, plásticos, papel e celulose, tecelagem, tinturaria e combustão industrial.

Os cursos serão ministrados em quatro anos, com desenvolvimento em duas categorias por especialidade — produção e projetos.

Espera-se que mil alunos, anualmente, se matriculem no IMT.

### Amparo ao Ensino Médico

Um programa especial de amparo ao ensino médico no Brasil, visando a estimular o aparelhamento técnico e humano, a renovação do material, a criação de institutos de pesquisa e um ciclo de aplicação em disciplinas fundamentais será levado à prática este ano pela COSUPI, envolvendo uma verba de 130 milhões de cruzeiros.

Nove cadeiras estão na mira desse programa: Anatomia, Histologia, Biofísica, Bioquímica, Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Farmacologia e Anatomia Patológica.

### Turbo-Reactores

O professor Marc Faury, da Escola Superior de Aeronáutica de Paris, deu, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, SP, um curso intensivo sobre técnicas e pesquisas no campo dos reatores e turbo-reatores, compreendendo 42 aulas, à base de 7 aulas por semana, a partir do dia 7 de agosto.

O professor Marc Faury é autor do livro **Propulsores Aeronáuticos**, publicado pela Escola Superior de Aeronáutica de Paris.

### 100 000 Universitários

Em 1961, de acordo com dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, o número de matriculados nos 1 315 cursos de nível superior do Brasil se elevou ao total de 101 581 alunos.

Quanto à distribuição, segundo os vários ramos, as maiores parcelas são constituídas pelos cursos de Direito (23 519 ou 23,8%) e de Filosofia, Ciências e Letras (22 330 ou 22,6%), seguindo-se os de Engenharia (11 423 ou 11,6%), de Medicina (10 365 ou 10,5%), de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (8 998 ou 9,1%), de Odontologia (5 572 ou 5,6%) e de Artes Liberais (3 352 ou 3,4%), etc.

Em relação a 1960, o maior aumento, nos cinco principais cursos de formação, ocorreu nos de Filosofia, Ciências e Letras (1 912 alunos), seguindo-se os de Ciências

Econômicas, Contábeis e Atuariais (1064), de Engenharia (612), Direito (226) e de Medicina (49).

O número de diplomados, em 1960, foi de 17 627 (734 em cursos de pós-graduação).

### Álgebra

O Instituto de Matemática e Física (r. Marechal Floriano, 7, Canela, Salvador) da Universidade da Bahia promoveu, em julho e agosto, duas séries de conferências:

— «L'Algèbre Extérieure et ses applications à la Géométrie Différentielle» — Paulette Liebermann, da Universidade de Estrasburgo.

— Álgebra Linear (espaços vetoriais, aplicações lineares e matrizes, dualidade, espaços unitários e euclidianos) — Arlete Cerqueira Lima.

### Banco de Educação

Em solenidade no Ginásio-Auditório da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (r. Marquês de São Vicente, 263), foi fundado o Banco de Educação da sua Escola Politécnica;

O Banco se constituirá como associação civil para ajudar o custeio dos estudos de alunos menos favorecidos pela fortuna.

A organização, semelhante à da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tem por finalidade:

a) conceder empréstimos aos alunos que, pelas condições econômicas próprias ou de suas famílias, não tenham recursos financeiros suficientes para a manutenção de sua vida escolar;

b) instituir bolsas de estudo ou outras formas de auxílio pecuniário

visando à formação cultural e profissional, e à especialização em todas as formas de ciência ou técnica, objeto dos cursos da Escola Politécnica;

c) facilitar a aquisição de livros e material didático em condições vantajosas para os alunos da Escola Politécnica;

e) concorrer financeiramente para qualquer obra, instituição ou movimento que visem ao progresso da técnica e da ciência, e que sejam diretamente ligados aos interesses dos alunos da Escola Politécnica.

Foram doados ao Banco, logo no primeiro dia, 10 milhões de cruzeiros.

### Bacharéis

A Faculdade de Direito da UMG, fundada como Escola Livre de Direito em 1892, já diplomou, até agora, 3 835 bacharéis.

### Faculdade de Ciências Médicas, UEG

A Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara está comemorando, este ano, 25 anos de fundação.

A primeira turma foi diplomada em 1941.

O governador da Guanabara baixou decreto considerando de utilidade pública, para o fim de sua expropriação, as ações da Faculdade de Ciências Médicas S. A. que não pertençam à Universidade do Estado da Guanabara. Esta, por via amigável ou judicial, se imitirá imediatamente na posse de tais ações. Na segunda hipótese, a Uni-

versidade depositará em juízo, pelo valor nominal, a importância correspondente às ações expropriadas. Por outro lado a Universidade providenciará a liquidação da socie-

dade anônima, incorporando o acervo ao seu patrimônio, e notificará a Bolsa de Valores para que retire da cotação as ações, que a desapropriação tornou inegociáveis.

## ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

### A Educação na (antiga) África Francesa

Damos abaixo ligeiro sumário sobre a situação educacional de algumas das novas Repúblicas africanas, que obtiveram a sua independência da França em 1960.

Esses dados estão contidos em folhetos distribuídos pela Embaixada da França nos Estados Unidos.

A lista das novas Repúblicas (África Ocidental e África Equatorial francesas), outrora parte da Comunidade Francesa, não está completa, faltando, por exemplo, Mali e a Guiné.

### MAURITÂNIA

O governo da República criou um Departamento de Educação Árabe, elevando a mais de cem o número de professores. O Instituto de Estudos Islâmicos de Butilimit, fun-

dado em 1955, atende a 300 alunos, havendo planos para ampliá-lo de modo a acomodar mil.

Há 300 classes elementares que ministram ensino em língua francesa a 9 000 alunos e 15 classes secundárias com 400 alunos



Salão de conferências — Universidade de Nuakchott.

A maioria da população é nômade. Há alguns anos o governo vem experimentando com escolas «nômades», que acompanham as tribos. O êxito dessas experiências resultou na criação de outras escolas do mesmo tipo.

## SENEGAL

Em 1959 a matrícula nas escolas elementares atingia o total de

<b>Educação elementar</b>	55 600	70 000	91 900
Escolas públicas	46 000	58 600	76 900
Escolas particulares	9 600	11 400	15 000
<b>Educação secundária e técnica</b>	6 200	6 700	9 500
Escolas públicas	5 400	5 600	8 100
Escolas particulares	800	1 100	1 400

A República mantém a Universidade de Dakar, inaugurada oficialmente em 1957. Já em 1948 instalava-se na capital senegalesa a Escola Preparatória de Medicina e Farmácia; à Escola foram acrescentados «departamentos» de Direito, de Ciências e de Artes Liberais, formando-se assim o Instituto de Estudos Superiores (1950); no-

### Matrículas na Universidade de Dakar

Faculdades	1950-51	1952-53	1956-57	1957-58	1958-59
Esc. de Medicina e Farmácia	14	56	96	116	149
Faculdade de Ciências	30	77	168	195	297
Faculdade de Direito	82	137	193	482	564
Faculdade de Artes Liberais	14	27	124	180	305
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>297</b>	<b>581</b>	<b>973</b>	<b>1 315</b>

91 900 (cêrca de 83 % nas escolas públicas). Havia cêrca de duas mil classes e mais de 3 500 professores.

Mais de 7 000 alunos seguiam cursos em 25 escolas secundárias, servidas por 285 professores (1959).

Havia 19 escolas técnicas (a mais importante é o Lycée Delafosse em Dakar), com 200 professores e mais de 2 000 alunos.

O incremento das matrículas foi o seguinte, entre 1955, 1957 e 1959:

vos «departamentos» estão sendo instalados — o Instituto de Estudos Econômicos e Comerciais, o Centro de Estatística, o Centro de Documentação, o Instituto Pedagógico, o Centro de Pesquisas do Câncer, o Instituto de Pediatria Social, a Escola de Pesquisa, Estudos e Documentação das Instituições e Legislação Africanas.

Senegal — Universidade.



## ALTO VOLTA

Em 1954 havia 87 escolas elementares públicas e 59 particulares; hoje há 185 públicas e 106 parti-

culares. O total de professores é, respectivamente, de 550 e de 389.

O aumento de matrículas no ensino elementar foi o seguinte:

Estabelecimentos	1954	1959
Escolas públicas	12 900	23 800
Escolas particulares	9 250	17 150
<b>Total</b>	<b>22 150</b>	<b>40 950</b>

A educação secundária e adiantada é ministrada nas seguintes instituições:

2 ginásios públicos (Uagadugu e Bobo-Diulasso), com 800 alunos;

4 ginásios particulares, com 500 alunos;

4 escolas vocacionais, com 680 alunos;

3 colégios de professores (um feminino), com 500 alunos;

1 colégio católico de professoras, com 82 alunas.

## DAHOMÉY

De 35 700 alunos em 1951 o Dahomey — o Estado mais densamente

povoado da África Ocidental — passou a 78 240 em 1958. O aumento foi mais significativo nas cidades do litoral: em 1957, 63% das crianças em idade escolar frequentavam a escola em Cotonu, 44% em Uidah (Ajudá) e 30% em Pôrto-Nôvo.

O sistema público escolar, em expansão, contava 230 escolas elementares, com 743 classes, em 1958. Havia mais de um terço de meninas entre os 35 410 alunos. O ensino secundário público era ministrado no Lycée Victor Ballot de Pôrto-Nôvo, na escola de professores Léon Bourguine, na escola técnica de Cotonu e em mais quatro escolas.

As escolas particulares são de missionários católicos e protestantes. Os primeiros têm cerca de 183 escolas, entre as quais o Seminário Maior de Uidah e uma escola secundária em Bohicon; os segundos têm cerca de 3 500 alunos em Pôrtô-Nôvo e no norte do país. Há ainda uma escola muçulmana em Cotonu.

Em 1958 as organizações particulares operavam 200 escolas elementares, com 817 classes, 5 escolas secundárias clássicas e modernas, uma escola de professores (católica), um curso suplementar (metodista) e uma escola de economia doméstica (católica).

São as seguintes as cifras de 1958 :

Estabelecimentos	Nível elementar	Nível secundário
Escolas públicas	230	5
Escolas particulares	200	7
Total	430	12
Matrículas		
Escolas públicas	35 410	1 010
Escolas particulares	40 000	1 250
Total	75 410	2 260

Nas três escolas técnicas da República havia 570 alunos.



Dahomey — Escolares

## NIGER

Em 1945, apenas 1% da população em idade escolar estava matriculado. Em começos de 1958, numa população de 345 000 menores,

14 078 (4,02%) já freqüentavam a escola. A taxa elevou-se para 6% em 1960.

O crescimento do discipulado, entre 1958 e 1960, foi o seguinte:

Nível elementar	1958	1960
<b>Educação elementar</b>		
Escolas	153	192
Classes	330	509
Alunos	13 459	21 054
Nível secundário	1958	1960
Escolas	3	8
Classes	20	34
Alunos	546	1 040

Planeja-se o aumento das escolas elementares — escolas de madeira para as populações sedentárias e escolas sob tendas para as populações nômades.

escolas públicas e particulares da República, outrora conhecida como o território de Ubangui-Shari: a matrícula, em relação à população em idade escolar, passara de 8% em 1948 (20 400) para 24% em 1956-57 e para 28,1% em 1958.

## ÁFRICA CENTRAL

Em 1958 havia 47 400 alunos nas

Era a seguinte a matrícula nos vários níveis :

	Públicas		Particulares		Total	
	Classes	Alunos	Classes	Alunos	Classes	Alunos
Escolas elementares	397	26 500	314	19 300	711	45 800
Escolas secundárias	28	800	2	300	30	1 100
Escolas técnicas	19	480	2	20	21	500

Além disto, havia 35 centro-afric

canos seguindo cursos superiores no exterior.

## TCHAD

O sistema educacional do Tchad é mais desenvolvido no extremo sul, a área mais povoada da República. Há escolas elementares bem equipadas em tôdas as capitais regionais: Bongor tem 8 classes, Mundu 17 e Fort-Archambault 22. Quase tôdas as escolas distritais têm seis classes. Ao norte, há escolas islâmicas e várias escolas públicas têm agora seis classes. A população do país é predominantemente rural (mais de 95%).

	Escolas	Alunos
Escolas públicas	124	26 650
Escolas particulares	30	5 960

## GABÃO

Cêrca de 80% da população em idade escolar do Gabão freqüentam escolas públicas ou particulares. A idade escolar foi elevada, por lei, até os 16 anos.

Em fins de 1959 havia cêrca de 50 000 crianças matriculadas nas escolas elementares do Gabão (em 1958 havia 39 800). O número de escolas, 312 em 1958, elevava-se a 337. Mais de metade dessas escolas são particulares, mas pelo menos uma escola pública existe na cidade principal de cada prefeitura ou subprefeitura.

Há nove escolas secundárias públicas (uma em cada prefeitura),

As escolas secundárias Félix Eboué e Clássica e Moderna, em Fort-Lamy (capital); a escola de professores de Bongor; e a Escola Franco-Árabe de Abéché ministram ensino de grau médio. O número de alunos duplicou entre 1955 e 1958, atingindo 485.

Há um Centro de Treinamento Técnico em Fort-Lamy e uma Escola Vocacional em Fort-Archambault e cursos nesta última cidade e em Bongor (215 alunos).

Em 1958 as cifras do ensino elementar eram as seguintes:

para alunos de até 15 e 16 anos; duas escolas de missão (católica e protestante); duas escolas de professores, uma pública, em Mitzic, outra católica, em Libreville (capital); além de cursos de treinamento de professores em escolas católica (Muila) e protestante (Lambaréné). Duas escolas secundárias preparam alunos para cursos superiores em Libreville — uma pública, outra católica — com um total de 800 alunos.

O ensino técnico conta com 9 escolas (6 delas públicas), que em 1958 tinham 131 alunos. As mais importantes são a Escola Técnica de Libreville e a Escola Agrícola de Oyem.

Estas são as cifras de 1958:

Classes	Elementares	Secundárias
Públicas	378	20
Particulares	446	23

  

Matriculas		
Públicas	19 700	600
Particulares	20 100	500

## CONGO (Brazzaville)

Quase 75% das crianças em idade escolar (30% das quais do sexo feminino), estão estudando. Na região da capital, Brazzaville, as matriculas ultrapassam 90%.

Cêrca de 25% do orçamento da República se dedicam, anualmente, ao desenvolvimento da educação pública.

Em janeiro de 1960 havia 99 400 alunos nas escolas elementares (55 500 nas 275 escolas dos missionários e 43 900 nas 220 escolas públicas). Havia dez escolas secundárias, com 3 370 alunos, sendo as mais importantes as de Brazzaville e de Pointe-Noire. O treinamento de professores, em que tem tido relevante papel o Colégio Muyondzi, será melhorado, com a abertura de seis novos cursos. O ensino vocacional e técnico era ministrado em cêrca de quarenta centros, com um total de 1 365 alunos (770 em instituições particulares).

Há planos para a abertura de uma universidade em Brazzaville. Entrementes, a educação superior é oferecida pelo Centro de Estudos

Avançados Administrativos e Técnicos, que também aceita alunos da República da África Central e das Repúblicas do Tchad e do Gabão. Em 1960, o Centro tinha 12 professores e leitores qualificados, com 214 alunos em tempo integral em nove ramos diferentes do saber.

## MADAGASCAR

Em janeiro de 1959 havia 2 760 classes (237 000 alunos) na rede pública de escolas elementares e 2 356 classes (132 000 alunos) na rede particular.

No setor do ensino técnico, havia 16 centros de aprendizagem para rapazes e moças (1 700 alunos), além das grandes instituições técnicas de Tananarive — as Escolas de Engenharia Civil, de Comércio e Técnica.

Os professores secundários têm agora diante de si o problema da existência de duas línguas oficiais na República insular — francês e malgache.

Está sendo organizada a Universidade de Tananarive, que já conta com as Escolas de Direito, de Ciên-



*Escola de Medicina — Tannanarive.*

cias, de Artes Liberais e de Medicina.

Eis a situação (as cifras são de 1958):

	Elementares	Secundários	Técnicos
<b>Estabelecimentos</b>	2 354	157	163
Escolas públicas	1 522	31	127
Escolas particulares	832	126	36
<b>Matrículas</b>	321 518	17 053	6 314
Escolas públicas	207 031	5 705	5 003
Escolas particulares	114 487	11 348	1 311

Nesse mesmo ano, 1 522 estudantes malgaches seguiam cursos supe-

riores, mas somente 459 dêles na ilha natal.

## ATOS OFICIAIS

### Professôres Catedráticos

Foram nomeados Professor Catedrático:

#### Universidade da Bahia

— de Direito Comercial, Faculdade de Direito — Décio dos Santos Seabra;

— de Desenho de Modêlo Vivo, Escola de Belas Artes — Juarez Marialva Tito Martins Paraízo;

— de Higiene e Odontologia Legal, Faculdade de Odontologia — Aloisio Geraldo de Souza Brito Lopes Pontes;

— de Geografia Humana, Facul-

dade de Filosofia — Milton Almeida dos Santos;

#### Universidade de Juiz de Fora

— de Construção Civil — Arquitetura, Escola de Engenharia — José Ferreira de Moraes Filho;

— de Medidas Elétricas e Magnéticas, Máquinas Elétricas, Escola de Engenharia — Cristiano Degwert;

#### Universidade Federal de Goiás

— de Direito Penal (2ª cad.), Faculdade de Direito — Arminda Bergamini Miotto (durante o impedimento do seu titular);

— de Farmácia Galênica, Faculdade de Farmácia e Odontologia — Hélio Ferreira Coelho;

— de Zoologia e Parasitologia, Faculdade de Farmácia e Odontologia — Margarida Dobler Komma;

— de Geometria Analítica e Projetiva, Escola de Engenharia — Walter Brockes;

#### Universidade do Ceará

— de Botânica aplicada à Farmácia, Faculdade de Farmácia e Odontologia — Maria Artemísia Braga Arrais;

— de Direito Administrativo, Faculdade de Direito — Carlos Roberto Martins Rodrigues;

#### Universidade do Brasil

— de Química Inorgânica, Escola Nacional de Engenharia — Nicolau Braile;

#### Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

— de Clínica Urológica, Faculdade de Medicina — Bernardo Moreira Garcez Júnior;

— de Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Faculdade de Veterinária — Miguel Cioni Pardi;

— de Anatomia e Fisiologia Patológicas, Faculdade de Medicina — Manuel Barreto Neto;

#### Universidade do Recife

— de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, Faculdade de Medicina — Fernando Jorge Simão dos Santos Figueira;

#### Universidade de Santa Catarina

a) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

— de Língua e Literatura Latina — Biase Agnesino Faraco;

— de Sociologia — Edmundo Acácio Soares Moreira;

— de Psicologia Educacional — Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva;

— de Filosofia — Francisco de Sales Bienchini;

— de Geologia e Paleontologia — Francisco Kazuhico Takeda;

— de Literatura Portuguesa — George Agostinho Batista da Silva;

— de Administração Escolar e Educação Comparada — Lídia Semenow Ferro;

— de Complementos de Matemática — Nilson Paulo;

— de Antropologia e Etnografia — Oswaldo Rodrigues Cabral;

- de Geografia Humana — Armen Mamiconiam ;
- de Geografia Física — Hélio Romito de Almeida ;
- de História do Brasil — Jaldir Bhering Faustino ;
- de História Moderna e Contemporânea — João Evangelista de Andrade ;
- de Psicologia — Lídio Martinho Calado ;
- de Língua e Literatura Francesa — Maria Alice de Oliveira Faria ;
- de Geografia do Brasil — Paulo Fernando de Araújo Lago ;
- de Língua e Literatura Inglesa e Literatura Norte-Americana — Werner José Soel ;
- de Estatística Educacional — Gilda Kucker Arantes ;

b) Faculdade de Ciências Econômicas

- de História das Doutrinas Econômicas — José do Patrocínio Gallotti ;
- de Complementos de Matemática — Carlos Buchele Júnior ;
- de História Econômica — João Batista Bonassis ;
- de Valor e Formação de Preços — Mário Clímaco da Silva ;
- de Ciência das Finanças — Milton Leite da Costa ;
- de Comércio Internacional e Câmbio — Oscar Pereira ;
- de Ciência da Administração — Sérgio Uchoa Rezende ;

- de Política Financeira — Wilson Abraham ;
- de Evolução da Conjuntura Econômica — Nicolau Severiano de Oliveira ;

c) Faculdade de Farmácia

- de Higiene e Legislação Farmacêutica — Benoni Laurindo Ribas ;
- de Química Industrial Farmacêutica — Hélcio João Moreira da Silveira ;
- de Farmacognóssia — Enedino Batista Ribeiro ;
- de Zoologia e Parasitologia — Biase Agnesino Faraco ;
- de Física aplicada à Farmácia — Joaquim Madeira Neves ;
- de Microbiologia — Polidoro Ernani de São Tiago ;
- de Clínica Toxicológica — Raulino Hoorn Ferro ;

- de Farmácia Galênica — Luís Oswaldo d'Acâmpora ;
- de Farmácia Química — Sálvio Guilhon Gonzaga ;
- de Química Orgânica e Biológica — Zulmar de Lins Neves ;

d) Faculdade de Odontologia

- de Metalurgia e Química Aplicadas — Djalma Gärtner Roslindo ;
- de Clínica Odontológica (2ª cad.) — Otacilio de Araújo ;
- de Prótese — Vinício Olinger ;
- de Patologia e Terapêutica Aplicadas — Miguel Espera em Deus Manganelli Orofino ;

- de Técnica Odontológica — Mirosław Casemiro Wolowski ;
- de Fisiologia — Newton Linhares d'Alva ;
- de Clínica Odontológica — Pedro Mendes de Souza ;
- de Higiene e Odontologia Legal — Agripa de Castro Faria ;
- de Anatomia — Roldão Consoni ;

e) Faculdade de Medicina

- de Fisiologia — Airton Roberto de Oliveira ;

f) Faculdade de Direito

- de Direito Judiciário Civil (1ª cad.) — Waldemiro Cascais ;

**Universidade da Paraíba**

a) Faculdade de Farmácia

- de Farmácia Química — Aécio de Melo Chacón ;
- de Farmácia Galênica — Consuelo Simões Lopes Branco ;
- de Química Bromatológica — Creuza Frazão do Lago ;
- de Química Industrial Farmacêutica — Delby Fernandes Medeiros ;
- de Física aplicada à Farmácia — José Machado Freire ;
- de Química Bromatológica — José Regis Albuquerque ;
- de Farmacognóssia — José Ribamar Lemos ;
- de Microbiologia — José Ribeiro Farias Sobrinho ;

- de Química Orgânica e Biológica — Valdevino Gregório de Andrade ;

- de Química Analítica — Dilson de Souza Melo ;
- de Química Biológica — Maria Neli Fachine ;

b) Escola Politécnica

- de Desenho Técnico — Antônio Guilherme da Silveira e Silva ;
- de Estradas de Ferro e de Rodagem — Luís José de Almeida ;
- de Geometria Analítica e Elementos de Nomografia — Giuseppe Giola ;
- de Mecânica Racional precedida de Elementos de Cálculo Vetorial — Kleber Cruz Marques ;
- de Química Tecnológica e Analítica — Antônio da Silva Moraes ;
- de Física — Antônio Ildelfonso de Albuquerque Melo ;
- de Cálculo Infinitesimal, Cálculo Vetorial e Cálculo das Variações — Austro de França Costa ;
- de Termodinâmica — Motores Térmicos — Carlos Humberto de Barros Machado ;
- de Estatística, Economia Política e Finanças — Edvaldo de Souza do Ó ;
- de Organização das Indústrias, Contabilidade Pública e Industrial, Direito Administrativo e Legislação — José Marques de Almeida Júnior ;
- de Estabilidade das Construções, Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado — Linaldo Cavalcanti de Albuquerque ;

— de Desenho à Mão Livre — Maria de Lourdes Amorim de Almeida ;

— de Física (2ª cad.)—Max Hans Karl Liebig ;

— de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia — Otávio Santiago ;

— de Materiais de Construção, Tecnologia e Processos Gerais de Construção — Otacílio dos Santos Oliveira ;

— de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos — Pedro Bento Gollier ;

#### c) Escola de Engenharia

— de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia—Edvaldo Francisco da Cunha ;

— de Termodinâmica — Motores Térmicos — Ivanildo Marinho Cordeiro Campos ;

— de Portos de Mar, Rios e Canais — Joaquim Francisco Veloso Galvão ;

— de Física — José Carlos Dias de Freitas ;

— de Desenho Técnico — Luciano César Vareda ;

— de Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concerto Armado — Manuel Martins de Ataíde ;

— de Materiais de Construção, Tecnologia e Processos Gerais de Construção — Paulo Valença Neves ;

— de Geometria Analítica e Vetorial — Benigno Walter Barcia ;

— de Eletrotécnica — Cicanto da Câmara Tôrres ;

— de Cálculo Numérico, Gráfico e Mecânico, Teoria dos Erros e Cálculo das Probabilidades, Noções de Nomografia, Aplicações — Hélio Ferreira da Silva Guimarães ;

— de Estabilidade das Construções — Hélio Gomes Magalhães ;

— de Cálculo Infinitesimal — José Neutel Correia Lima ;

— de Topografia — José de Oliveira Leite ;

— de Concreto Simples e Armado — Luís Álvares Coelho ;

— de Desenho à Mão Livre — Mário Glauco di Lascio ;

— de Geodésia Elementar e Astronomia de Campo — Sadoc Souto Maior ;

— de Hidráulica Teórica e Aplicada — Vinicius Londres da Nóbrega ;

— de Direito Administrativo e Legislação — Pedro Moreno Gondim ;

— de Geometria Descritiva e Projetiva, Perspectiva, Aplicações Técnicas — Serafín Rodríguez Martínez ;

— de Portos de Mar, Rios e Canais — Demétrio de Alemida ;

— de Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projetiva, Perspectiva, Aplicações Técnicas — Glauco Benévolo de Benévolo ;

— de Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios, Saneamento, Urbanismo — Newton Fernandes Maia ;

d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

— de Filosofia — Luís Gonzaga Fernandes ;

— de Biologia Geral — Emanuel de Miranda Henriques ;

— de Língua Portuguesa — Francisco Lima ;

— de História da Filosofia — Geraldo Lafayette Bezerra ;

— de Literatura Portuguesa — José Paulo Pires Braga ;

— de Psicologia — Manuel Viana Correia ;

— de Psicologia Educacional — Manuel Cavalcânti de Souza Filho ;

— de História da Antigüidade e da Idade Média — Vilma dos Santos Cardoso Monteiro ;

— de Sociologia — Durmeval Trigueiro Mendes ;

— de Língua e Literatura Latina — Luís Gonzaga de Oliveira ;

— de Literatura Norte-Americana — Maria Zélia Costa de Oliveira ;

— de Filologia Românica — Milton Ferreira de Paiva ;

e) Faculdade de Ciências Econômicas

— de Estrutura e Análise de Balanços e Revisão de Perícias — Antônio Pereira da Silva ;

— de Organização e Contabilidade Industrial e Organização e Contabilidade Bancária — Célio de Pace ;

— de Instituições de Direito Privado — Francisco de Assis Vidal Filho ;

— de História Econômica Geral e do Brasil — Francisco Hugo Almeida de Lima e Moura ;

— de Geografia Econômica Geral e do Brasil — José Lopes de Andrade ;

— de Contabilidade Geral — José Paulino Costa Filho ;

— de Instituições de Direito Público — Júlio Rique Filho ;

— de Instituições de Direito Civil — Luís Hugo Guimarães ;

— de Moeda e Crédito e Política Financeira — Jeová Mesquita de Araújo ;

— de Finanças das Empresas e Técnica Comercial — Edson Soares da Rocha ;

f) Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande

— de Complementos de Matemática — Kleber Cruz Marques ;

— de Economia Política, Estrutura das Organizações Econômicas — Agassiz de Amorim Almeida ;

— de Valor e Formação de Preços — Edvaldo de Souza do Ó ;

— de Instituições de Direito Público — Williams de Souza Arruda ;

g) Faculdade de Medicina

— de Microbiologia — Atilio Luís Rotta ;

— de Terapêutica Clínica — Guilardo Martins Alves ;

— de Higiene — Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega ;

— de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental — Herul de Holanda Sá ;

— de Anatomia — José Asdrúbal de Oliveira ;

— de Clínica Psiquiátrica — Luciano Ribeiro de Moraes ;

— de Anatomia e Fisiologia Patológicas — Maurílio Augusto de Almeida ;

— de Clínica Propedêutica Médica — Múcio de Carvalho Batista ;

— de Clínica Urológica — Osório Lopes Abath ;

— de Clínica Oftalmológica — Roberto de Brito Granville Costa ;

— de Clínica Médica (3ª cad.) — Severino Bezerra de Carvalho ;

— de Química Fisiológica — Adailson da Costa Filho ;

— de Clínica Médica (2ª cad.) — Antônio Dias dos Santos ;

— de Patologia Geral — Arnaldo Tavares de Melo ;

— de Clínica Cirúrgica (2ª cad.) — Francisco Pôrto ;

— de Clínica Pediátrica — João Toscano Gonçalves de Medeiros ;

— de Clínica Neurológica — Newton Nobre de Lacerda ;

— de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica — Alberto Fernandes Cartaxo ;

— de Clínica Otorrinolaringológica — Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega ;

— de Clínica Obstétrica — Danilo de Alencar Carvalho Luna ;

— de Clínica Propedêutica Cirúrgica — Francisco Mendonça Filho ;

— de Clínica de Doenças Tropicais e Infectuosas — Efigênio Barbosa da Silva ;

— de Tisiologia — José Clemente de Oliveira Júnior ;

— de Puericultura — João Soares da Costa ;

— de Clínica Ginecológica — Lauro dos Guimarães Wanderley ;

— de Clínica Médica — Luís Gonzaga de Miranda Freire ;

— de Física Biológica — Manuel Antônio de Paiva Sobrinho ;

— de Parasitologia — Osmar Vergara de Mendonça ;

— de Histologia e Embriologia Geral — Vitorino Ramos da Silva Maia ;

#### h) Faculdade de Odontologia

— de Prótese — Abílio Guedes de Paiva ;

— de Clínica Odontológica — Asdrúbal Nóbrega Monteiro ;

— de Técnica Odontológica — Ednaldo de Luna Pedrosa ;

— de Metalurgia e Química Aplicadas — Gabriel Epitácio de Medeiros ;

— de Clínica Odontológica (2ª cad.) — Ivan Cavalcânti ;

— de Higiene e Odontologia Legal — Odísio Borba Duarte ;

— de Prótese Buco-Facial — Paulo Borges Montenegro de Melo ;

— de Patologia e Terapêutica Aplicadas — Péricles de Figueiredo Gouveia ;

— de Ortodontia e Odontopediatria — João Carlos Aires ;

— de Fisiologia — Newton Rodrigues da Silveira ;

#### i) Faculdade de Direito

— de Direito Judiciário Civil (1ª cad.) — Antônio Gabino da Costa Machado ;

— de Direito Civil — Flodoaldo Lima da Silveira ;

— de Direito Internacional Público — Ivan Bichara Sobreira ;

— de Direito Judiciário Penal — José de Farias ;

— de Direito Judiciário Civil — Luís Gonzaga de Oliveira Lima ;

— de Direito Civil (1ª cad.) — Mário Moacir Pôrto ;

— de Direito Comercial — Severino Pessoa Guimares ;

— de Direito Internacional Privado — Edigardo Ferreira Soares ;

— de Direito Comercial — Hélio de Araújo Soares ;

— de Direito Penal — Ivaldo Falconi de Melo ;

— de Introdução à Ciência do Direito — José Flóscolo da Nóbrega ;

— de Medicina Legal — Oscar de Oliveira Castro ;

— de Direito Judiciário Civil — Paulo de Moraes Bezerril ;

— de Direito Constitucional — Renato Lima ;

#### Legislação

Dec. nº 50 547 — 5/5/61 — Reconhece o curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Dom Epaminondas, Campos, RJ (D.O., 22/6).

Dec. nº 50 832 — 22/6/61 — Concede à Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada (D.O., 23/6).

Dec. nº 50 868 — 27/6/61 — Reconhece o curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, Florianópolis (D.O., 29/6).

Dec. nº 50 967 — 17/6/61 — Reco-

nece o curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, SP (D.O., 24/7).

Dec. nº 51 133 — 3/8/61 — Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais (D.O., 3/8).

Dec. nº 51 163 — 8/8/61 — Dispõe sobre a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (D.O., 16/8).

Dec. nº 51 203 — 17/8/61 — Cria o Serviço Nacional de Música e Dança (D.O., 17/8).

Dec. nº 51 210 — 18/8/61 — Declara que a Universidade do Rio de Janeiro passa a denominar-se Universidade do Estado da Guanabara (D.O., 4/9)

#### Diretores

Foram designados Diretor :

— da Faculdade de Veterinária, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — Moacir Alves de Souza, catedrático de Patologia Geral e Comparada ;

— da Escola de Agronomia, Universidade do Ceará — Prisco Bezerra, catedrático de Botânica Agrícola ;

— da Faculdade de Filosofia, Universidade da Bahia — Aristides Gomes, catedrático de Geometria ;

— da Escola de Química, Universidade do Paraná — Nilton Emílio Buhner, catedrático de Tecnologia Orgânica.

#### Aposentados

Foram aposentados os seguintes Professores Catedráticos :

— Olavo Chagas Ribeiro, Topografia, Escola de Engenharia, UMG ;

— Eugênio Hime, Física Aplicada, Faculdade Nacional de Arquitetura, UB ;

— João Pinto de Campos, Prótese, Faculdade de Odontologia, URe;

— Ernani Dias Corrêa, Arquitetura Analítica, Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul;

— Fernando Coelho, Piano, Conservatório Mineiro de Música ;

— Lelis Esparte, Técnica de Construção — Topografia, Faculdade de Arquitetura; e Topografia, Escola de Engenharia, URGs.

#### Abono de Faltas de Estudantes em Greve

O sr. Presidente da República concordou com o ponto de vista do Ministro Brígido Tinoco, na Exposição de Motivos nº 760, de 24 de junho, contra o abono das faltas dos alunos da Faculdade de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que se mantiveram em greve entre 1º e 21 de março deste ano.

Damos, na íntegra, o documento ministerial, publicado no **Diário Oficial** da União a 14 de julho :

Versa o presente processo sobre pedido de abono de faltas, formulado pelos alunos da Faculdade de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período de 1º a 21 de março do corrente ano, durante o qual se mantiveram em greve, tendente a

solucionar problemas internos da-quele estabelecimento.

Ouvido a respeito, o Diretor do Ensino Superior opinou pelo não atendimento do pedido.

Em apoio desse critério, aduzi não ser possível o abono de faltas de estudantes, motivadas pelo exercício do direito de greve, apenas assegurado aos trabalhadores como meio extremo na solução dos conflitos entre o capital e o trabalho, nos termos da Constituição Federal.

Os estudantes, sobre não constituem uma classe, dentro da organização econômico-social do Estado, devem valer-se de outros meios, que não a greve, para o encaminhamento e estudo das suas pretensões, quando legítimas.

O abono de faltas, em casos como este, enseja conseqüências nocivas à boa administração do ensino e constituiria endosso, pelo Governo, de atitudes rebeldes ou procedimentos temerários, quase sempre injustos, sujeitando-o, por outro lado, a imposições arruinadoras de sua autoridade.

Isto pôsto, e em consonância com o pensamento de Vossa Excelência, indeferi o pedido, de cujo ato dou conhecimento a Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Brígido Tinoco**

## PUBLICAÇÕES

### Técnicos para a Agricultura

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) está distribuindo o volume **Técnicos para o Desenvolvimento da Agricultura**, do ponto de vista da formação profissional e do mercado de trabalho.

A publicação refere-se a agronomia e veterinária, serviço social e economia doméstica. Seus autores, J. Pinto Lima, Lincoln M. Rodrigues, Tiago Ferreira da Cunha e Yonita Assenço Tôrres, focalizam questões de ensino, a situação dos diplomados em 1958, o aproveitamento e as carências de técnicos no Brasil.

### Pesquisas Econômicas

O Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UMG está publicando, impresso, um **Boletim Mensal**.

O primeiro número refere-se a julho deste ano.

### Geografia

A **Revue Analytique de l'Éducation**, da UNESCO — que de semestral passa agora a trimestral — divulga o trabalho **l'Enseignement de la Géographie**, de referência a escolas primárias e secundárias.

O folheto traz uma introdução do professor Benoit Brouillette, da Universidade de Montreal, presidente da União Geográfica Internacional.

### Ensino de Clínica Médica

Em fevereiro do corrente ano reuniu-se no Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia, sob o patrocínio da Universidade e da Fundação W. K. Kellog, a 1ª Conferência sobre o Ensino de Clínica Médica no Brasil, que obedeceu ao programa elaborado por uma comissão organizadora constituída pelos Profs. Antonio Ulhôa Cintra (São Paulo), Clementino Fraga Filho (Rio), Carlos Cruz Lima (Rio), Caio Benjamin Dias (Belo Horizonte), Hélio Lourenço de Oliveira (Ribeirão Preto) e Roberto Figueira Santos (Bahia).

Os trabalhos, conclusões e recomendações da reunião foram reunidos numa publicação que está agora sendo distribuída.

**A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.**